

CADERNOS TEMÁTICOS

DE CIÊNCIAS GERENCIAIS – TEXTOS PARA REFLEXÃO

Leia nesta edição:

Pesquisar na Universidade: reflexões sobre a pesquisa nas Ciências Gerenciais	
Ingrid Hollerbach	3
Conceito e utilização de marketing em micro e pequenas empresas em Sete Lagoas: projeto de pesquisa - uma visão de alunos bolsistas	
Warley Ribeiro Guimarães e Henrique Campelo Costa	5
Resenha	
Henrique Campelo Costa	7
Gestão ambiental e desenvolvimento: uma abordagem no contexto da sustentabilidade	
Mônica Campolina Diniz Peixoto	8
Auditoria ambiental	
Edmur Andrade Teixeira	11
Contabilidade ambiental	
Jaqueline Maria Leão Rocha e Rosânia Ângela de Souza	14
Gestão ambiental	
Eneida Giane Inácio	18
O Terceiro Setor e as características do comportamento empreendedor	
Nívea Regina Aureliano Cordeiro	20
Obras sociais São José Operário	
Andreza Cristina Moreira Rodrigues, Juliano Goulart, Maria Inez Costa Abreu, Renata Balsamão Rodrigues e Rosemary Nogueira Ferreira Araújo	23
Associação Beneficente Nova Vida	
Daniel Marques M. dos Anjos, Daniele do Carmo Teixeira Santos, Fernanda Mascarenhas Rocha, Helbert da Silva Marão, Ionara Volpi Ávila, Michelle Marques Viana e Rogério José Cândido Fonseca	25
Lar Espírita Paulo de Tarso	
Darlan Gonzales Ferreira, José Geraldo Salvador, Breno Augusto Simões, Gustavo Lopes, Raphael Soares e Carlos Eduardo Souza Almeida	25
Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho	
Diogo Beserra de Faccio, Júlio César Pereira Teixeira, Kênia Aparecida Oliveira Silva, Rosângela Maria Martins Campos e Vicente José Batista Batalha	28



6

Maio 2005

...

SETE LAGOAS – MG

Ingrid Hollerbach*

1 INTRODUÇÃO

Dentre as várias atividades que a universidade realiza com o propósito de formação do aluno, está a pesquisa. De que trata, afinal, esse espaço universitário que, aparentemente, se restringe a uma sala e algumas pessoas refletindo a respeito dos vários temas que surgem? O que está envolvido no levantamento dos temas? Como se processam as pesquisas? Quais os produtos possíveis?

Não é intenção aqui fazer um longo discurso a respeito desses questionamentos e de outros possíveis. O que se pretende é chamar a atenção para objetivos importantes da pesquisa desenvolvida na academia, especificamente na área de Ciências Gerenciais, que a diferencia da pesquisa de mercado, sem, no entanto, negligenciar a prática empresarial.

Dois produtos de pesquisa acadêmica seguirão esta pequena reflexão como ilustração de alguns pontos que aqui serão apresentados. Um deles é a resenha produzida por um dos bolsistas da pesquisa desenvolvida na FAGESETE/FEMM sob o título "Conceito e utilização de marketing em micro e pequenas empresas do setor de comércio de Sete Lagoas". O outro é um relato da experiência de dois bolsistas, no qual descrevem sua percepção do processo da mesma pesquisa.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA ACADÊMICA

A pesquisa acadêmica possui objetivos relevantes, ligados a três públicos envolvidos em todo o processo da academia, quais sejam: num nível mais restrito, o dos alunos participantes do processo; num nível um pouco mais amplo, o do público acadêmico, incluindo todos os alunos da instituição, bem como os professores e outros interessados; num nível mais amplo ainda, o da comunidade onde a instituição de ensino está inserida.

Algumas características desses públicos impedem uma classificação tão simples. O segundo nível indicado aqui, por exemplo, o público acadêmico, não se restringe à instituição de ensino onde a pesquisa é desenvolvida, uma vez que há sempre intercâmbio entre as várias instituições. Mas, para efeito inicial desta reflexão, será considerado o nível da instituição de origem da pesquisa.

Também a comunidade de inserção da instituição de ensino é algo mais abstrato do que pode parecer. Ela

(a comunidade), a princípio, é constituída de toda a população daquele local. No entanto, uma análise um pouco mais acurada indica que a comunidade é composta por "públicos relevantes", isto é, os grupos que possuem uma relação de influência mútua e interdependência com aquela instituição e que não precisam estar, necessariamente, localizados naquela região física específica. Para a presente reflexão, serão considerados os públicos relevantes.

Considerando-se, portanto, esses três públicos, os objetivos a que a pesquisa acadêmica se propõe, podem ser assim classificados:

- acadêmico: o coordenador e os participantes da pesquisa, denominados 'bolsistas', têm a oportunidade de acompanhar todas as etapas de uma pesquisa, podendo verificar, na prática, a metodologia desenvolvida em sala de aula, ampliando o senso crítico diante dos fenômenos. Eles são expostos, também, a conceitos e assuntos trabalhados em sala de aula, com oportunidade de aprofundar o tema proposto, além de poder verificar a realidade prática daquele tema. Deste modo, além da iniciação à formação de pesquisadores acadêmicos, há a oportunidade de explorar temas de interesse pessoal, de forma científica;
- institucional: ao promover uma pesquisa acadêmica, a instituição de ensino possibilita a construção de conhecimento próprio que, num processo de *feedback* positivo, tende a se alimentar retroativamente, trazendo para as salas de aula experiências mais próximas da realidade destas, e será questionado o conhecimento desenvolvido, que será novamente pesquisado, trazendo novas luzes. E assim por diante. Uma consequência possível, em longo prazo, é a construção de identidade própria;
- de envolvimento da comunidade: a pesquisa de campo obriga o pesquisador a se aproximar não só da realidade da comunidade, como da própria comunidade em si, possibilitando um diálogo instituição-comunidade. Cria-se, deste modo, uma expectativa de vínculo, que não pode ser ignorada. Mais uma vez, a instituição se vê com várias alternativas de produção de conhecimento próprio, o que faz crescer sua responsabilidade diante da comunidade. Mais uma vez, como efeito da retroalimentação positiva, a comu-

* Mestre em Administração, professora da Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM), coordenadora e pesquisa do Projeto "Conceito e utilização de marketing em micro e pequenas empresas do setor de comércio de Sete Lagoas"

nidade pode se mostrar mais aberta a participar ativamente da pesquisa acadêmica, aumentando mais ainda a credibilidade dos seus resultados.

3 PRODUTOS DA PESQUISA ACADÊMICA

O tema de pesquisa surge como resultado da relação entre a necessidade percebida (o que envolve a realidade da comunidade, do alunado, da instituição) e a experiência do pesquisador que propõe o tema. Quando se diz que é fruto dessa relação, atenta-se para o fato de que um e outro devem existir. Do contrário, o trabalho acaba se tornando estéril e o andamento do projeto fica prejudicado, ou mesmo interrompido. Não são as únicas variáveis envolvidas no processo de nascimento de um projeto, mas são imprescindíveis.

Ao longo das várias etapas da pesquisa o tema vai amadurecendo e se tornando mais claro. É próprio da pesquisa que ela seja questionada durante todo o tempo. Os limites têm que estar bem definidos para evitar que se perca o seu fio condutor. A revisão bibliográfica prevista (que, em muitos casos, é um trabalho de garimpo), por exemplo, proporciona material para esclarecer muitos dos propósitos da pesquisa, mas pode, também, se tornar em uma tentação para ampliar o trabalho a tal ponto, que pode desviar do seu sentido inicial. É importante considerar todas as dúvidas e "novidades" que vão surgindo, mas sempre através da lente do objetivo da pesquisa inicialmente concebida, para evitar que ele não seja atingido.

Já na fase de revisão bibliográfica, alguns produtos que são importantes para a instituição de ensino começam a surgir, como as resenhas e os resumos. A elaboração de resenhas proporciona ao aluno a possibilidade de exercitar seu senso crítico e seu poder de síntese, necessários à produção de conhecimento, após passar por um processo de análise desenvolvido pelo autor da obra original. Já o resumo, é uma forma esquemática de análise do leitor. Daí que, muitas vezes, para a elaboração de uma resenha (síntese), faz-se necessária a elaboração de um resumo.

A pesquisa de campo exige que sejam elaborados instrumentos de pesquisa (questionários, entrevistas, roteiro de observação), o que não constitui tarefa simples e banal. As perguntas a serem feitas, o modo de

fazê-las, a ordem de apresentação, o tamanho do instrumento de pesquisa são questões próprias dessa etapa e possuem uma combinação específica para cada pesquisa.

A coleta de dados exige decisões quanto à forma de se proceder (pessoalmente ou não, marcando antecipadamente ou não, dentre outras questões) – que também dependem da natureza da pesquisa em si.

Finalmente, a tabulação e análise de dados e o relatório final. Apesar de este último ser tão esperado na instituição de ensino, todo o processo possui o mesmo grau de importância no que diz respeito ao objetivo acadêmico. Quanto ao relatório final, pode-se ter, então, o retrato da realidade, que servirá aos vários públicos (acadêmico, instituição e comunidade). Do relatório, podem surgir artigos acadêmicos para publicação e utilização em salas de aula e material mais apropriado para o público externo, como a comunidade empresarial.

4 CONCLUSÕES

A partir de então, o conhecimento começa a tomar vida própria, passando para o domínio público e servindo aos diversos interesses, muitos dos quais nem sequer imaginados no início do processo de pesquisa. Não se negligencia a prática empresarial, uma vez que esta costuma ser o objeto de pesquisa. A pesquisa acadêmica diferencia, destarte, da pesquisa de mercado não pelo objeto em si, mas quanto aos objetivos. Esta última normalmente é realizada para suprir uma demanda específica de uma empresa ou ramo empresarial, não tendo a mesma amplitude de públicos a serem atendidos nem os efeitos da pesquisa acadêmica, que, na maioria das vezes, dispõe de prazos mais longos.

Não se deve esquecer, ainda, de que o bolsista que é introduzido ao mundo da pesquisa por meio dessa atividade na Universidade faz parte, também, do mundo empresarial: ou já vem de lá, ou fará parte desse meio brevemente.

Esta breve reflexão se limita a particularidades da pesquisa acadêmica na área das Ciências Gerenciais, sem desconsiderar, no entanto, que a essência científica é a mesma das demais Ciências Humanas.

CONCEITO E UTILIZAÇÃO DE MARKETING EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM SETE LAGOAS: projeto de pesquisa - uma visão de alunos bolsistas

Warley Ribeiro Guimarães*
Henrique Campelo Costa**

1 INTRODUÇÃO

São inúmeros os caminhos que levam as pessoas a buscar um ensino de graduação: melhores condições de trabalho, novas perspectivas, mais informações, necessidade de adequação ao mercado, tradição, status, etc. As motivações são tão numerosas quanto o número de graduandos que anualmente ingressam em instituições de ensino superior.

Nesse contexto, alunos do curso de Administração e Ciências Econômicas entraram em contato com a disciplina Metodologia Científica e foram impelidos a estudar e buscar o conhecimento científico, sendo este essencial para a conclusão do curso. Daí algumas inquietações surgiram: o que quero saber, qual a curiosidade científica possuo e me proponho a desvendar? O curso do qual sou graduando oferece suporte para a busca do saber? No final do curso, terei mais conhecimento?

A preocupação com o conhecimento científico é observada na FEMM, em todas as suas faculdades – FAGE, FAFI e FADISETE, nos Centros de Pesquisas mantidos pela instituição. Como bolsistas do CEPEX (Centro de Pesquisa e Extensão) da FAGE, entramos em contato com a construção do saber científico, sendo orientados por professores com experiência em pesquisas em certas áreas e que se mostraram competentes na metodologia científica, preocupados tanto com o tema de pesquisa como com a importância da formação de alunos realmente interessados no conhecimento científico, essencial para a melhoria humana e social.

Citamos, a seguir, nossas percepções, dúvidas, problemas e dificuldades surgidos durante o processo científico, servindo tanto como auto-análise como incentivo para que outros alunos se interessem pela iniciação científica. Importante seria se todos se formassem com a experiência adquirida nos Centros de Pesquisa, pois o conhecimento ali acumulado se torna patrimônio pessoal, acadêmico, institucional e social.

2 O PROCESSO INICIAL DE PESQUISA

Não participamos da escolha do tema, mas pudemos optar entre as propostas de pesquisas, como, por exemplo: "O custo da cesta básica", entre outras oferecidas pela FAGE no Edital de Seleção. "Conceito e

utilização de marketing em micro e pequenas empresas em Sete Lagoas" chamou a atenção pelo fato de estar relacionado a marketing e, sobretudo, a micro e pequenas empresas, organizações pertencentes ao nosso cotidiano, mas pouco estudadas.

Após a seleção dos bolsistas, discutiram-se com a coordenadora da pesquisa, a professora Ingrid Hollerbach, os fundamentos e métodos a serem empregados. O Projeto é baseado em sua dissertação de mestrado, com uma pesquisa aplicada na região metropolitana de Belo Horizonte e concluída em 1994.

Buscamos, então, a atualização do tema, em locais que possivelmente teriam informações que agregassem conhecimentos à pesquisa. A revisão bibliográfica "iluminou" os caminhos para a aplicação da pesquisa novamente, após uma década, na cidade de Sete Lagoas. Procuramos informações acerca do assunto (Marketing em Micro e Pequenas Empresas) em revistas especializadas e periódicos, publicados entre 1993 e 2003. Visitamos a Biblioteca da FEMM, Biblioteca da FACE (UFMG), Biblioteca da Fundação João Pinheiro, SEBRAE - Belo Horizonte e SEBRAE - Sete Lagoas.

Surgiram questionamentos e dúvidas, as chamadas "lacunas" acerca do tema. O espírito investigativo, aliado à curiosidade e ao prazer de aprender mais sobre algo, realmente norteia o pensamento científico.

A faculdade e o curso por nós escolhidos começaram a fazer sentido naquele momento. Nós, alunos, passamos a ser sujeitos e não pacientes no processo de aprendizado.

3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A abrangência do tema não interessa apenas ao ambiente acadêmico, mas também a instituições interessadas, momento em que se buscou o apoio da CDL local. Realizamos entrevistas com a diretoria, buscando esclarecimentos a respeito da entidade, bem como a visão que a mesma tem sobre as microempresas do setor de comércio da cidade.

Com o apoio da CDL/Sete Lagoas, obtivemos a listagem das empresas associadas, que serviu de banco de dados para a amostragem da pesquisa, após criteriosa análise.

O questionário/entrevista foi elaborado com base em questões relevantes para se atingir o objetivo da pesquisa: a descoberta dos conceitos e utilização de

* Graduando em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional Monsenhor Messias.

** Graduando em Administração pela Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional Monsenhor Messias.

marketing que o empresariado setelagoano possui. Iniciou-se o contato com as empresas a serem entrevistadas, sempre com o cuidado de conferir a sua classificação em micro e pequenas empresas com base no faturamento (critério fiscal). Tais contatos eram realizados pelo telefone, marcando-se um horário disponível com o gerente ou proprietário da empresa.

O questionário foi, desse modo, testado em quatro empresas, verificando se seriam necessárias adaptações. A posterior aplicação de questionários em outras 43 empresas, apesar de ter sido um trabalho árduo, possibilitou o contato com pessoas diferentes, as quais foram extremamente importantes para a realização da pesquisa.

No processo, tivemos que ser neutros para não influenciar ou deturpar os dados. Foi um trabalho cansativo, mas o entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas possibilitou o sucesso da coleta de dados.

Os dados coletados, por si só, não expressam absolutamente nada. São "pepitas brutas de diamante" a serem lapidadas. Nesta etapa, aprendemos a "gerar" a informação, a transformar o dado em um conhecimento pela tabulação e análise, que incluiu a classificação das respostas e preparação de software (programa estatístico SPSS).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor uma pesquisa e seus objetivos, os dados devem ser estudados sob os holofotes dos questionamentos propostos, quando se fazem necessárias a conceitualização e a síntese. Busca-se, assim, uma leitura dos dados de modo racional.

Exatamente neste momento, há a "ponte" entre os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e a sua necessidade para o bom andamento de uma pesquisa científica. A convivência acadêmica, a importância que a FEMM tributa aos estudos científicos, os resultados da pesquisa em si apontaram para a sub-utilização de conceitos de marketing.

Sabendo-se que o marketing é ponto estratégico para a continuidade das organizações no longo prazo, é mister incentivar o direcionamento dos conhecimentos descobertos para que novas pesquisas sejam feitas e produzam frutos científico-acadêmicos, para a melhoria contínua das organizações e da sociedade como um todo.

RESENHA

Henrique Campelo Costa*

SOLOMON, Steven. A importância da pequena empresa: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no Mundo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

Citando a lei de livre mercado e o termo criado por Adam Smith para ilustrá-la, o autor preconiza na obra a importância não reconhecida das pequenas empresas nos Estados Unidos e em outras nações, colocando-as como exemplo da "mão invisível", tanto no sentido da estabilidade econômica que estas podem proporcionar, como o fato de não serem suficientemente analisadas, valorizadas e incentivadas.

As pequenas empresas são avaliadas à luz da transição em que o mundo se encontra, com a crescente globalização das economias, concomitante à revolução tecnológica, abertura de mercados e resultante aumento da concorrência. A importância da pequena empresa se encontra exatamente nesse contexto, facilitando a mudança, propiciando o lastro de estabilidade econômica, amortecendo as crises com a criação de novos empregos. É o símbolo do livre mercado no qual se baseia toda a atividade econômica dos Estados Unidos.

A partir de sua posição econômica, define-se o que são as pequenas empresas, quais fatores propiciaram seu surgimento e continuidade no mercado. Cita-se, de início, a importância das mesmas para o surgimento do capitalismo e do comércio individual na Idade Média.

As pequenas empresas se mantêm atuantes em virtude de várias características. A inovação tecnológica se mostrou mais rápida e eficiente graças à iniciativa de pequenos empreendedores que, devido ao tamanho reduzido de seus empreendimentos, se mostraram mais flexíveis às mudanças. Há também baixa intensidade de capital e alta utilização de mão-de-obra, sendo esta uma das principais importâncias das pequenas empresas para a geração de postos de trabalho. A área de serviços também se mostra mais aberta aos pequenos, principalmente os serviços especializados, os quais não contam com o interesse das grandes corporações, que utilizam a padronização e a produção em massa. A exigência de mudanças rápidas talvez seja seu grande diferencial em relação às grandes, uma vez que a adaptação se mostra mais fácil e menos dispendiosa.

O livro expõe sobre a importância da pequena empresa em vários aspectos como o emprego, a inovação, a diversidade econômica e a economia social, além do lucro que resulta do pequeno empreendimento, lucro este não apenas financeiro, mas também social e pessoal.

Apesar de ter sido publicado há mais de quinze anos, a abordagem e resultados da obra se aplicam ao mundo atual, onde a pequena empresa continua viva e funcionando como amortecedora de crises. As grandes empresas, devido à competitividade, se mostram cada vez mais dependentes da estabilidade que os pequenos negócios proporcionam à economia, cumprindo estes um papel complementar àquelas.

O autor salienta o período de transição em que vivemos e após o qual, provavelmente, as pequenas empresas deixem de existir, quando as grandes superarem os problemas ocasionados pela globalização. O futuro dos pequenos dependerá de como se adaptarão ao mundo globalizado e a quais setores se mostrarão inovadores e criativos. A concorrência existirá, mas a flexibilidade será uma característica importantíssima para a sobrevivência.

No Brasil, a presença das pequenas empresas na economia é semelhante aos Estados Unidos, predominando a priorização para os grandes empreendimentos, além da presença dos oligopólios, colocando os pequenos empreendimentos em segundo plano, apesar de representarem 40% do PIB brasileiro.

O autor trata o tema com realismo, apresentando as pequenas empresas não como panacéia dos problemas atuais, mas mostrando que é inevitável ignorar sua presença na economia, tanto pela tenacidade com que insistem em viver, como pela criatividade e flexibilidade em relação às mudanças. Apesar de ser imprevisível a sobrevivência futura para pequenos negócios, o próprio autor considera que a grande empresa continuará necessitando deles. Sua existência agrada os empreendedores e os atraiem devido às recompensas, apesar dos riscos, representando a expressão de um desejo criativo das pessoas, que se sentem impelidas a desafiar e dominar o ambiente. Enquanto se mantiverem como expressão desse desejo, as pequenas empresas encontrarão novos mercados, desempenhando não apenas papéis secundários, mas de importância única na economia global.

*Graduando em Administração pela Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional Monsenhor Messias.

GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO : uma abordagem no contexto da sustentabilidade

Mônica Campolina Diniz Peixoto*

RESUMO

A gestão ambiental se caracterizou com a vigência da legislação ambiental e o crescimento dos movimentos ambientalistas a partir da década de 1970 como o palco de conflitos de interesses em torno da preservação ambiental e do desenvolvimento. Inicialmente, foi estruturada como uma prerrogativa do Estado, responsável pela regulação do uso dos recursos naturais, dado o caráter público da questão. Com as novas regras de um mercado restritivo e competitivo no marco da globalização, o respeito às normas ambientais torna-se condição exigida para o cumprimento do compromisso com a qualidade de vida das populações. Auditoria ambiental, contabilidade verde, valoração e certificação passam a integrar o discurso e a prática da gestão ambiental, no sentido de garantir, no caso do setor público, a racionalidade na alocação de recursos financeiros e o equilíbrio na implementação de instrumentos de regulação. No setor privado, a possibilidade de ingressar e manter-se no mercado liga-se, de forma crescente, à responsabilidade social que é, também, responsabilidade ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A noção de sustentabilidade está presente no discurso e nas práticas sociais desde a década de 1970, quando os conflitos decorrentes do modelo de desenvolvimento em curso se acirraram e a degradação ambiental tornou-se uma bandeira de luta dos movimentos sociais nas sociedades capitalistas avançadas. Segundo Manuel Castells (1978, p.4) " [...] essa situação resulta das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção que são a base do pilar ecológico". As possibilidades de superação dessa crise, segundo vários autores, entre eles (Leff, 1984), (Brüzeke, 1998), (Acsegrad, 2001), estão relacionadas ao estabelecimento de um pacto social fundamentado no planejamento integrado e participativo, na solidariedade e no equilíbrio entre os aspectos econômico, social, ambiental e tecnológico.

Nas últimas décadas, esforços têm sido feitos no sentido de integrar contas econômicas e ambientais. As dificuldades para atribuir valor ao meio ambiente desafiam a consideração das mudanças e perdas ambientais na contabilidade pública e privada. No contexto

da análise econômica, superar essa dificuldade é cada vez mais um fator relevante na construção de um novo paradigma de desenvolvimento, que relaciona, de forma marcante, o crescimento econômico à garantia de uma relação equilibrada entre o homem e a natureza e da justiça social. Para El Serafy (2002, p. 197),

[...] se os estoques de recursos ambientais forem esvaziados, a atividade econômica finalmente decairá... e fazendo referência a Daly e Cobb (1989), concorda que " [...] há uma relação estreita de complementaridade entre recursos naturais e o capital produzido pelo homem, e que o último [...] não pode substituir facilmente o primeiro quando os recursos naturais não param de diminuir.

Portanto, a questão não diz respeito, apenas, à substituição de capitais, mas à manutenção do estoque dos recursos naturais, na atualidade o grande desafio das políticas de desenvolvimento, uma vez que o denominado capital natural, resultado da valoração econômica dos recursos naturais, é objeto de conflito de interesses em torno da redução crescente de seu valor de uso e do crescimento de seu valor de troca.

Nesse contexto a tarefa decisiva da economia é cada vez mais a informação – sobre a realidade, sobre as formas competentes de transformá-la, sobre os caminhos eficazes para a conservação dos recursos naturais e para a garantia da qualidade de vida das pessoas e do ambiente que as cerca.

Integrar a sustentabilidade ao manejo econômico consiste em determinar o papel fundamental do meio ambiente como fonte de capital natural e escoadouro de subprodutos gerados no processo produtivo. Considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento, os sistemas de contabilidade deverão ultrapassar a mera quantificação da produção de bens e serviços remunerados de forma convencional.

Nesse sentido, esse texto reflete sobre a adoção nos sistemas de planejamento e gestão ambiental pública e privada da contabilidade econômica à análise ambiental, por meio da incorporação da contabilidade para os recursos naturais, como parte do processo de tomada de decisões relativas ao desenvolvimento.

A inserção de instrumentos das Ciências Gerenciais no aperfeiçoamento das práticas de planejamento e gestão ambiental é um dos fatores de maior importância na retomada do equilíbrio nas relações sociedade-natureza.

* Arquiteta urbanista, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia no IGC/UFMG, professora de Gestão Ambiental na FAGE/FEMM.

2 DISCUSSÃO

A 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu formalmente a necessidade de mobilizar atores locais, regionais e globais para promover o uso racional de recursos naturais e abordar o processo de desenvolvimento sob o enfoque da sustentabilidade, traduzida em ações de médio e longo prazo.

Um dos produtos de maior relevância da ECO-92 foi a assinatura pelos representantes dos países presentes da Agenda 21 de um termo de compromisso da sociedade global, com a implementação de políticas públicas sustentáveis, democráticas e participativas¹. Entre os temas, objeto do acordo, está inserido a Gestão Ambiental, tratada como uma ação de fundamental importância para a viabilização de um modelo de desenvolvimento comprometido com as atuais e futuras gerações, de acordo com o conceito proposto no Relatório Brundtland (1987)², onde o denominado desenvolvimento sustentável é aquele que "[...] satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades." Na opinião de Enrique Leff (2003), o desenvolvimento sustentável faz uma tentativa de reintegrar as partes do todo social, mas sem uma análise mais aprofundada das raízes da crise ambiental, uma crise da humanidade.

Em que pesem as críticas a esse conceito, o relatório contribuiu para ampliar e aprofundar as discussões que se seguiram sobre a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento em curso, evidenciando a importância da criatividade humana na construção de um futuro sustentável.

Nesse contexto, a relação sociedade-natureza tornou-se o centro das discussões. A princípio, acreditava-se que a natureza era fonte inesgotável de recursos, além de ser ilimitada sua capacidade de assimilar resíduos de diversas origens. Essa visão equivocada fez com que as políticas econômicas desconsiderassem esses custos. No entanto, não é possível desconhecer que, particularmente nas economias dependentes de recursos naturais, como é o caso brasileiro, essa omissão compromete a relevância da análise econômica das questões ambientais. A esse respeito, Salah El Serafy (2002, p. 195) lembra que

O ar e a água poluídos infligem, de forma nítida, danos à sociedade - danos que se traduzem em perda econômica visível. [...] Os custos externos das atividades econômicas estão sendo agora

internalizados [...] As atividades baseadas nos recursos naturais dependem de sua manutenção e durabilidade para que a base da economia desses países não enfraqueça.

Muitas idéias a respeito de desenvolvimento estão centradas na produção. Elas focalizam o crédito e o maquinário, as exportações, as importações e a competição nos mercados do mundo. Elas medem o sucesso por meio do produto final de bens e serviços, sem perguntar quem se beneficia dele, quem paga os custos, quais recursos ambientais não computados podem ter sido degradados, quem participou da produção, se servem realmente aos objetivos humanos fundamentais ou por quanto tempo o fluxo de produção poderá ser mantido no futuro.

Essa situação pode ser observada, segundo Brüseke (1998, p.37), na forma como os governos

[...] abraçam ainda com a coragem dos desorientados a idéia da modernização, sem perceber que o modelo de industrialização tardia é capaz de modernizar alguns centros ou setores da economia, mas incapaz de oferecer um modelo de desenvolvimento equilibrado da sociedade inteira.

A colocação é particularmente pertinente diante do quadro de agravamento da degradação ambiental observado na atualidade, que não ameaça somente os recursos naturais, mas o processo de desenvolvimento como um todo, com o conseqüente comprometimento da qualidade de vida das populações. Diante disso, há um consenso de que o novo modelo de desenvolvimento, durável no espaço e no tempo, é uma alternativa para superação de um modelo econômico baseado no lucro a qualquer preço, que externaliza seus custos sociais e ambientais e amplia as desigualdades sociais e econômicas.

Dada a diversidade de interesses envolvidos, a gestão ambiental é um processo que lida com os conflitos de interesses entre os diversos atores. Superar esses conflitos e preparar a sociedade para enfrentar os desafios do século que se inicia pressupõe uma gestão ambiental que passe de uma abordagem pontual de ações isoladas, para uma abordagem sistêmica, baseada em ações integradas, responsabilidades compartilhadas e participação em todos os níveis. Além disso, é fundamental inserir instrumentos de mercado e estabelecer sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada.

¹ Agenda 21 é um instrumento de planejamento estratégico voltado para a melhoria da qualidade social, econômica e ambiental da população, uma referência para adoção de estratégias de gestão ambiental voltadas para a construção de uma política ambiental consistente e participativa, na qual os diversos segmentos da comunidade estabelecem o compromisso com um modelo de desenvolvimento que respeite a diversidade biológica e cultural dos diferentes ecossistemas e ambientes sociais.

² O Relatório Brundtland resultou do trabalho da Comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que objetivou discutir as causas dos problemas sócioeconômicos e ecológicos da sociedade global, no marco da integração entre economia, tecnologia, sociedade e política na construção de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para uma nova postura ética, traduzida pela responsabilidade entre gerações.

A realização de uma gestão ambiental que contribua para a realização desse novo modelo de desenvolvimento exige a integração entre questões ambientais e de desenvolvimento em todos os níveis; a criação de uma estrutura legal e regulamentadora eficaz; a utilização de instrumentos de mercado e o estabelecimento de sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada.

A integração dos fatores econômicos, sociais e ambientais nos planos político, do planejamento e do manejo influencia as ações dos diversos níveis de governo, da iniciativa privada e da população. É uma alternativa para superar a progressiva perda de eficiência e sustentabilidade no processo de desenvolvimento, que se traduz na degradação crescente dos recursos naturais, no crescimento da pobreza e no comprometimento do crescimento econômico. Portanto, um desenvolvimento com qualidade necessita de uma reformulação drástica do processo de tomada de decisão, respeitando-se as especificidades locais e promovendo mudanças na estrutura de gestão.

Nesse contexto, com frequência, cobra-se do Estado o papel de promotor da mudanças no planejamento e gestão do processo de desenvolvimento para a superação das contradições das sociedades capitalistas, inclusive a injustiça social. No entanto, sabe-se que nem mesmo o Estado age de acordo com os interesses de toda a sociedade. Ao refletir sobre o tema, Marcelo Lopes de Souza (2002, p.29) registra que nem sempre é verdade que o Estado atua, na sociedade capitalista, segundo os interesses de uma determinada classe ou grupo social, ou seja,

[...] aquilo que é verdade "no atacado", ou estruturalmente, não é necessariamente, sempre verdade "no varejo", ou conjunturalmente. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovado, por parte do Estado. (SOUZA, 2002, p. 29).

Do ponto de vista da eficiência da estrutura jurídica e da regulação, as ações políticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento deverão basear-se em leis, normas e regulamentos adequados não apenas ao controle e monitoramento das ações, mas também como estrutura regulamentadora do planejamento econômico e os instrumentos de mercado.

A utilização de instrumentos econômicos e de mercado é tão importante quanto a aplicação de leis e regulamentos, pois são fundamentais na mudança de comportamento da sociedade no que diz respeito à gestão dos recursos ambientais.

As abordagens econômicas dirigidas ao mercado podem, em muitos casos, permitir que se trate o meio ambiente de forma sistemática, mediante a adoção de soluções eficazes com relação ao custo-benefício, que incluem prevenção e controle da poluição, inovação

tecnológica, mudança no comportamento da população com relação ao meio ambiente e acesso a recursos financeiros.

O desafio que se coloca diz respeito à capacidade das soluções adotadas alcançarem os seguintes objetivos: incorporar os custos ambientais às decisões de produtores e consumidores de forma a evitar o crescimento do passivo ambiental ou seu repasse a outros segmentos ou às futuras gerações; avançar no sentido de uma maior integração dos custos sociais e ambientais para que os preços reflitam a relativa escassez dos recursos; incluir o uso de princípios do mercado na definição de políticas e instrumentos econômicos.

É necessário que os sistemas de contabilidade ultrapassem a mera quantificação da produção de bens e serviços remunerados de forma convencional, considerando o papel fundamental do meio ambiente como fonte de capital natural e escoadouro de subprodutos gerados durante o processo produtivo. O resultado esperado da integração entre contabilidade econômica e ambiental é sua efetiva utilização como parte do processo de tomada de decisões relativas ao desenvolvimento.

O desenvolvimento que se propõe, voltado para um crescimento durável, exige a adoção de uma gestão ambiental baseada em sistemas de tomada de decisão que permitam, ao integrar fatores econômicos, sociais e ambientais, atingir, no dizer de Sachs (1993), a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 1996) afirmava que o Brasil não tem setores realmente capazes de competir no quadro internacional, porque lhes falta densidade tecnológica ou escala suficiente, além de um precário sistema de gestão ambiental.

Para superar esse desafio, é necessário implantar um sistema de ciência e tecnologia realmente inovador – e não adaptador de "inovações" já superadas em outros países ou que tenham alto custo, com reflexos sobre o balanço de pagamentos. Além disso, um sistema de ciência e tecnologia deve estar voltado para uma sustentabilidade ética, capaz de incorporar várias outras dimensões do desenvolvimento – social, cultural, ambiental, política, institucional e demográfica.

Também será indispensável promover a internalização das questões ambientais e sociais nas políticas brasileiras, em todos os níveis, para que essas dimensões sejam o ponto de partida de todas as políticas e todas as ações – e não algo a ser observado apenas no final do processo, com uma intenção "mitigadora" de danos ambientais ou de "compensação" mínima pelas desigualdades sociais – quase sempre ineficazes.

Será preciso chegar com urgência à institucionalização de instrumentos econômicos na promoção da sustentabilidade – como a observância do princípio polu-

idor/pagador em todas as atividades; a cobrança pelo uso de recursos naturais, caminhando em direção a um sistema fiscal em que o sistema tributário se baseie fundamentalmente no consumo de recursos naturais (*green tax*); e a adoção de mecanismos como o ICMS ecológico.

A mudança na relação homem-natureza diz respeito às transformações que a ideologia pode provocar "[...] nas relações de produção e nas relações de poder entre Estado e sociedade." (LEFF, 1984, p. 277) Ainda segundo Enrique Leff (1984), além da transformação da racionalidade produtiva dos setores econômicos e no âmbito do Estado e de suas instituições, a perspectiva de conservação da natureza diz respeito ainda a princípios éticos relacionados à emergência de valores associados à democracia, à qualidade de vida e aos direitos humanos, ou seja,

[...] (esses) princípios éticos se traduzem em uma prática política para transformar as relações de poder associadas à ordem econômica estabelecida, e para mobilizar novas fontes de produtividade orientadas ao desenvolvimento das forças produtiva sobre bases de sustentabilidade[...] (LEFF, 1984, p. 278).

No conjunto das contradições sobre os caminhos para o desenvolvimento sustentável, há concordância no fato de que o modelo atual é insustentável do ponto de vista econômico, ambiental e principalmente da justiça social. Ao mesmo tempo, não se promovem mudanças significativas nos padrões de produção e consumo, no nível institucional e político, capaz de regular a propriedade e controlar o acesso e o uso dos recursos naturais. Esse é o grande desafio - superar as contradições do modelo econômico, mediante a efetiva democratização do Estado e do mercado, ou seja, subordiná-los aos interesses da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In : ACSELRAD, Henri (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004

BRASIL. Agenda 21. *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 1992. Rio de Janeiro. 3.ed. Brasília : Senado Federal, 2001.

BRÜSEKE, FJ. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTELLS, Manuel. *City, class and power*. Londres: The Macmillan Press, 1978 (tradução elaborada para discussão na disciplina Organização do Espaço Urbano, IGC/UFGM, 2003.)

EL SERAFY, Salah. Contabilidade verde e política econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

LEFF, Enrique. *Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1984.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o Século XXI*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AUDITORIA AMBIENTAL

Edmur Andrade Teixeira*

1 INTRODUÇÃO

As empresas estão, cada vez mais, transformando-se em instituições sociopolíticas. Além das preocupações de natureza econômica, surgiram as preocupações com os resultados sociais de suas ações. Assim, a proteção ao consumidor, a qualidade dos produtos, a segurança dos trabalhadores e da comunidade, a poluição ambiental, a proteção das minorias, etc. têm-se tornado temas obrigatórios entre os empresários, fornecedores, consumidores e representantes do governo e sociedade.

Para tentar medir o desempenho social das organizações, foi criada a "Contabilidade Social" que permite avaliar as organizações quanto ao seu desempenho social. Algumas técnicas foram desenvolvidas baseadas em resultados sociais que pudessem ser mensurados, tais como, informações sobre quantidade e manutenção de emprego de recursos com fins sociais, desenvolvimento e promoção de mão-de-obra, etc. Algumas empresas passaram a desenvolver relatórios de suas atividades internas voltadas às áreas sociais, que deram origem a um relatório específico denominado "Auditoria Social".

Essa preocupação social enfatizou também o aspecto ambiental, e assim, nos EUA, as atividades de regulamentação e aplicação da legislação ambiental, de responsabilidade da EPA (Environmental Protection Agency), forçaram as empresas a planejar tarefas padronizadas que procuravam caracterizar a situação ambiental das atividades em relação às regulamentações exigidas. Esse conjunto de tarefas passou a ser conhecido como Auditoria Ambiental.

No início, as Auditorias Ambientais tiveram lugar nas grandes empresas, porém, atualmente, a maioria das empresas que têm geração de resíduos desenvolvem seus próprios programas internos de Auditoria Ambiental ou se valem de serviços de Auditoria Ambiental externa, executados por empresas especializadas.

2 AUDITORIA AMBIENTAL (AA)

A Auditoria Ambiental (AA) é um fator importante para uma efetiva política de minimização dos impactos ambientais e de redução de índices de poluição das empresas. Sua execução proporciona a avaliação do passivo ambiental e projeta a situação no longo prazo.

Embora a maioria das empresas veja a AA, dentro da perspectiva legal, com estreita abordagem técnica e, simplesmente, tente adequar seus processos produtivos às exigências da legislação, sua utilização possibilita a preocupação pró-ativa de buscar melhores resultados em relação a insumos e produtos que sejam menos agressivos ao meio ambiente.

Os objetivos principais da AA são a garantia do cumprimento da legislação, a definição das obrigações, o controle dos custos das obrigações, a definição das responsabilidades e a verificação da situação ambiental em caso de aquisições e fusões.

3 METODOLOGIA DA AUDITORIA AMBIENTAL

A Auditoria Ambiental é uma atividade administrativa que compreende avaliações periódicas, sistemáticas e documentais para assegurar que a organização esteja dentro dos padrões exigidos pela Legislação Ambiental.

Entre as atividades que são usualmente auditadas estão a política, as responsabilidades e organização das tarefas, o planejamento, o acompanhamento e relatório de ações, o treinamento e conscientização do pessoal, as relações com órgãos públicos e comunidade, a adequação aos padrões legais, o planejamento de emergências, as fontes de poluição e sua minimização, o tratamento da poluição, a economia de recursos naturais e o uso da água e do solo.

Embora possa haver procedimentos diferentes entre as empresas, a Câmara de Comércio Internacional (ICC), em 1989, adotou alguns passos básicos para executar a AA. Desenvolvidos pela Canadian Naranda Corporation, estes passos dividem a AA em três partes: atividades de Pré-Auditoria, atividades de campo, atividades de Pós-Auditoria.

3.1 Atividades de Pré-Auditoria

A atividade de auditoria deve ser claramente comunicada a todos os escalões da empresa, especificando seus objetivos, metodologia, procedimentos e a política de incentivos adotada. A equipe de auditoria deve ganhar a confiança das unidades auditadas e deixar claro que seu trabalho é voltado a melhorar a eficácia global da organização, identificando formas de progresso e, não, para identificar e punir responsáveis pelos proble-

* Graduando do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional "Monsenhor Messias"

mas encontrados. Na Auditoria, devem ser incluídos itens relativos à saúde e à segurança dos trabalhadores.

O tamanho da equipe de Auditoria é variável, podendo incluir, além dos auditores, especialistas, representantes da unidade auditada, representantes de outras unidades da empresa e consultores externos. É desejável, também, incluir representantes dos trabalhadores que devem ser treinados nas diferentes atividades da Auditoria.

3.2 Atividades de Campo

Na condução do trabalho de campo, a equipe de auditoria pode lançar mão de visitas às fábricas, inspeções dos processos e materiais, questionários, entrevistas, revisão de documentos, etc. que permitirão avaliar o comportamento da unidade auditada. Na atividade de inspeção, a equipe começa avaliando as quantidades máximas permitidas de descargas, inspeciona fisicamente as fábricas, os procedimentos de rotina e de emergência. Observa, também, os tanques de produtos químicos e combustíveis, sua localização e manutenção, linhas de descarga, sistemas de transporte, de estoques, de segurança, de alarmes etc. Devem ser utilizados checklists apropriados que assegurem a cobertura de todos os aspectos importantes: barulho, poeira, odores ou qualquer outro tipo de resultado do processo produtivo que possa afetar os trabalhadores ou moradores da vizinhança.

As atividades de campo incluem cinco fases seguintes:

- 1) Entendimento dos controles internos - discutir como serão realizados os controles internos e quais os critérios a serem adotados pela Auditoria em sua amplitude, cronograma e objetivos pretendidos;
- 2) Avaliação dos controles internos - identificar os pontos fortes e fracos dos controles internos e alocar os recursos necessários para execução do Plano de Auditoria;
- 3) Coleta de dados - realizar a coleta de dados dentro das estratégias definidas, aplicando os testes previstos, assegurando que todos os procedimentos foram completados e seguidos;
- 4) Resultados e descobertas - listar todos os procedimentos de trabalho e documentos utilizados. Integrar e sumarizar as conclusões em um relatório preliminar;
- 5) Relatório Preliminar dos resultados - apresentar o relatório em reunião com a unidade auditada, indicando conclusões e descobertas e discutindo eventuais alternativas de ação a serem promovidas.

3.3 Atividade de Pós-Auditoria

O relatório final da AA deve ser elaborado como resultado da discussão entre a equipe de Auditoria, os

gerentes e os representantes dos trabalhadores, a fim de ser delineado um plano de ação com base nos resultados encontrados. As atividades de pós-auditoria devem atender os seguintes aspectos:

- 1) Reavaliar o relatório na reunião, especificando o prazo para correção e lista dos responsáveis;
- 2) Elaborar o relatório final;
- 3) Estabelecer o plano de ação, especificando sua metodologia, estratégia, cronograma, execução e controle;
- 4) Acompanhar a execução do plano de ação e de seus resultados.

4 AS DIRETRIZES DA ISO 14010, 14011 E 14012

De acordo com as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), para realizar a Auditoria Ambiental é fundamental que existam informações suficientes sobre o objeto da auditoria, recursos adequados para apoiar seus processos e exista cooperação adequada por parte do auditado.

Na ISO 14010, são descritos os princípios gerais da metodologia de Auditoria Ambiental proposta, que incluem várias recomendações que vão desde os objetivos definidos entre cliente e responsável pela auditoria, formação dos membros da equipe, confiabilidade e sigilo do processo, sistematização do processo, constatações de campo, análise dos resultados até o relatório final.

A sistematização do processo vem definida na ISO 14011, que estabelece procedimentos de auditoria para todos os tipos e portes de organizações que operam no Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Nessa metodologia, discutem-se os objetivos da auditoria e as responsabilidades de seus integrantes: auditor responsável, equipe de auditoria, cliente e auditado. Nesse processo são identificáveis as três partes básicas citadas anteriormente, que são as atividades de Pré-Auditoria, de campo e de Pós-Auditoria.

A ISO 14012 estabelece critérios para qualificação de auditores ambientais, recorrendo sobre quais devem ser seus conhecimentos, habilidades e atitudes, e ainda, como deve ser desenvolvido seu treinamento para a função.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14010 -14011- 14012. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2004.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Jaqueline Maria Leão Rocha*

Rosânia Ângela de Souza*

1 CONCEITOS

A contabilidade, uma das ciências mais antigas do mundo, originou-se com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio.

Ao longo dos séculos, ela vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais.

Atualmente, a contabilidade é considerada um sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades para que estas possam garantir sua continuidade. Para Marion e Iudícibus (2000, p.53): "O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade".

A partir deste contexto, pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários – internos e externos – informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Na avaliação de Martins e De Luca (1994, p.25),

as informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Como se pode observar, é aplicada à contabilidade ambiental a mesma metodologia contábil tradicional, acrescentado-se apenas a expressão "ambiental" nos termos originais.

Visto dessa maneira, pode parecer fácil seu entendimento e aplicação, mas, na prática, são encontradas várias dificuldades as quais impedem o seu desenvolvimento. A principal delas é a segregação das informações de natureza ambiental das demais informações gerais da empresa, bem como sua correta classificação e avaliação contábil. Bergamini Júnior (1999, p.4) enumera outros fatores que

dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental:

- Ausência de definição clara de custos ambientais;
- Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- Falta de clareza no tratamento a ser dado aos "ativos de vida longa", como por exemplo, no caso de uma usina nuclear;
- Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios.

Portanto, a contabilidade ambiental é composta pelos seguintes grupos:

Contas Patrimoniais:	Ativo ambiental
	Passivo ambiental
Contas de Resultado:	Receita ambiental
	Custo (despesa) ambiental

2 ATIVO AMBIENTAL

São os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar sob forma de capital circulante ou capital fixo.

O capital circulante (capital de giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo. Exemplos de ativos ambientais que se enquadram nesse grupo:

- a) na conta **disponibilidades** podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental.
- b) nos ativos **realizáveis a curto e longo prazo** podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.

No capital fixo, as contas, ambientais podem ser divididas em:

- a) **Investimentos:** participação societária em empresas ecologicamente responsáveis.
- b) **Imobilizado:** bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de

* Graduandas do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional "Monsenhor Messias".

ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.

- c) **Diferido:** gastos em desenvolvimento de tecnologia "limpa" de produção que beneficiarão exercícios futuros, como, por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001.

Para completar o grupo do ativo, vale destacar, também, o ativo ambiental intangível que são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração. Como exemplo, pode-se citar a certificação ISO 14001 que trará valorização da imagem e da própria marca da empresa.

Complementando esses conceitos, o IBRACON (1996, p.4) considera que: "(...) são componentes dos Ativos Ambientais o Imobilizado, no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias em médio e longo prazo, constituindo, a rigor, valores integrantes do Ativo Diferido, se envolverem benefícios e ação que se reflita por exercícios futuros; e os Estoques, quando relacionados com insumos de processo de eliminação dos níveis de poluição.

3 PASSIVO AMBIENTAL

Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, dessa forma, em contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

Na opinião do IBRACON (1996, p.5): "O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial".

De acordo com a IAS, *International Accounting Sturdards* - 37, para o reconhecimento de um passivo ambiental deve-se atender os seguintes requisitos (apud FERREIRA, 2000, p.115):

- 1) O primeiro deles é de que a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita, como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos.
- 2) O segundo requisito é o de que é provável que recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer.
- 3) O terceiro requisito é o de que o montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com suficiente segurança.

O Passivo Ambiental, como qualquer passivo, está dividido em capital de terceiros e capital próprio os quais constituem as origens de recursos da entidade.

Capital de Terceiros (Exigível)

- a) Bancos - empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental.
- b) Fornecedores - compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental.
- c) Governo - multas decorrentes de infração ambiental.
- d) Funcionários - remuneração de mão-de-obra especializada em gestão ambiental.
- e) Sociedade - indenizações ambientais.

Capital Próprio (Não Exigível)

- a) Acionistas - aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental.
- b) Entidade - destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais.

4 CONTINGÊNCIA AMBIENTAL

As contingências ambientais podem ser ativas ou passivas e são geradas por eventos que provavelmente ocorrerão no futuro.

No campo ambiental, é mais comum a existência da contingência passiva cujo valor deve ser estimado com certa segurança para se evitarem maiores transtornos, caso ela se concretize. Exemplificando, pode-se citar o caso de grandes desastres ecológicos, como derramamento de óleo no mar. As instituições envolvidas deveriam estar prevenidas, pois elas precisarão desembolsar recursos para a recuperação da área afetada, além de efetuar pagamento de multas e indenizações.

5 RECEITA AMBIENTAL

Segundo Isac (apud IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p. 173), a receita pode ser definida como: "[...] o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundará num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital [...]"

O objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e, sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mais isso não impede que a empresa tire algum proveito econômico desse processo. A seguir, três exemplos de receitas ambientais:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental
- Vendas de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo.
- Participação no faturamento total da empresa, que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

O último exemplo, apesar de sua complexidade, pode ser calculado tomando como base estatísticas elaboradas com o mercado consumidor em que se determina o percentual de clientes que realizaram a compra, tendo como exigência e pré-condição o item responsabilidade ambiental. Corroborando com essa idéia, Martins e Ribeiro (1995, p.35) consideram que "a maciça conscientização da sociedade em muitos lugares veio afetar a imagem da pressão para as empresas começarem a investir no controle ambiental, visto que dele depende a evolução do fluxo de receitas da empresa."

6 CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

São gastos (consumo de ativos) aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, esses gastos são classificados como custo, e, se forem aplicados de forma indireta, são chamados de despesa.

Na visão de Ribeiro (1992, p.80), "o valor dos insumos, mão-de-obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados podem constituir-se em exemplos de custos e despesas ambientais."

Para a apuração dos custos ambientais, podem-se utilizar os métodos de custeio por absorção, variável ou por atividades (ABC). Embora não seja objetivo deste trabalho detalhar três métodos, cabe destacar que Ribeiro e Rocha (1999) aconselham o uso do ABC, pois, para eles,

[...] a metodologia que se mostra mais adequada para identificar os custos ambientais dos produtos, dos processos, dos períodos, do ciclo de vida é a do custeio por atividades, já que esta é a menor unidade de trabalho. Portanto, apurando-se o montante de recursos consumidos por cada uma delas, chegar-se-á, com mais precisão, ao custo do objeto de estudo, no caso o custo ambiental.

É importante ressaltar que os custos ambientais podem ser classificados em custos internos (privados) e custos externos (sociais).

Custos internos são aqueles tradicionais contabilizados ao longo do processo produtivo os quais servem de base para a determinação do preço de venda dos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão-de-obra, depreciação de equipamentos, etc. Geralmente, as empresas não encontraram maiores dificuldades em identificá-los e controlá-los.

7 FUNÇÕES DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

7.1 Mensuração

Um ponto que está pouco avançado no que se refere à Contabilidade Ambiental é a mensuração ou quantificação dos resultados alcançados pelo SGA e determinados elementos patrimoniais os quais são considerados intangíveis. Por exemplo, qual o valor de um patrimônio florestal, ou de um certificado de qualidade ambiental (ISO 14000)? Até que ponto se pode atribuir à certificação o aumento do faturamento, lucratividade e competitividade da empresa que a conquista?

Para facilitar o processo de mensuração dos eventos econômicos e financeiros relacionados ao meio ambiente, Ferreira (1999, p. 9) descreve a necessidade de:

- Estabelecer como unidade de mensuração a unidade monetária;
- Permitir a avaliação dos ativos pelos benefícios futuros que eles poderão propiciar à entidade;
- Permitir a avaliação dos passivos efeitos pelo valor presente da dívida;
- Permitir a provisão de passivos contingentes pelo valor presente da expectativa de restrições futuras sobre os ativos;
- Representar capitais equivalentes em diferentes datas, permitindo sua comparabilidade;
- Que a moeda esteja isenta das variações em seu poder aquisitivo, ou seja, usar taxas de inflação que possam corrigir isso;
- Evidenciar os efeitos do tempo sobre os capitais, aplicando taxas de juros pertinentes a cada evento;
- Estabelecer um preço de transferência para os serviços prestados ou produtos gerados que venham a ser entregues a terceiros. Neste caso, deve-se utilizar o preço de mercado à vista por um serviço de igual qualidade e especificação;
- Utilizar, para os efetivos, o menor preço de mercado pelo seu valor à vista, para especificação e qualidade iguais.

Na visão de Martins e Ribeiro (1995, p.18):

A mensuração econômico-financeiro-física das atividades que envolvam o controle ambiental é de extrema relevância para o êxito da gestão ambiental, econômica e global da empresa na que tange ao estabelecimento de diretrizes, inclusive para o corte e também incremento dos investimentos que devem ser planejados obedecendo a propriedade e restrições de ordem econômica – financeira da empresa."

Embora seja complexa, a mensuração das contas ambientais é fundamental para que a contabilidade as registre com valores confiáveis, procurando refletir a verdadeira posição em que a empresa se encontra com relação aos eventos ligados ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Custos ambientais: uma visão de sistema de informações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 4. 1999. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Custos, 1999.

IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria. *NPA 11. Balanço e Ecologia*. São Paulo: 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu; LUCA, Márcia M. Mendes de. Ecologia via Contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, ano 23, n.86, mar. 1994. www.ambienteglobal.com.br

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental, hoje, é um dos assuntos mais discutidos em todo o país. Isso se deve ao mau uso de nossos recursos naturais, levando à extinção de espécies de plantas e de animais, a alterações no clima gerado pelo desmatamento desenfreado, entre outros problemas.

Com grande concentração nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e com alguns pontos no Norte e Nordeste, o cerrado brasileiro é o 2º maior bioma da América Latina com a fauna e flora bastante diversificada. É caracterizado pela vegetação rasteira e o clima é definido pela seca forte e chuvas intensas.

O cerrado é o ecossistema mais ameaçado do Brasil, devido aos mais variados motivos: queimadas provocadas pela natureza ou pelo homem, causando um imenso prejuízo à natureza, à vegetação e vida animal; desmatamentos, descobrindo o solo, causando erosão e assoreamento, sem contar com o esgotamento das reservas causado pelas carvoeiras. Os agrotóxicos nas lavouras e as hidrelétricas são outros exemplos de degradação de nosso cerrado.

Com o intuito de descrever esse ecossistema, apresentar as ameaças à região e definir o que é desenvolvimento sustentável, foi desenvolvido este trabalho.

2 DESCRIÇÃO

Existem na região central do Brasil os mais diversos tipos de vegetação, solo, clima e topografia. O cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, superado apenas pela Floresta Amazônica. Distribuído em 2 milhões de km² e espalhado por 10 estados, o que equivale a vinte e três por cento (23,1%) do território nacional, o cerrado é uma savana tropical na qual a vegetação herbácea coexiste com mais de 420 espécies de árvores e arbustos. O solo, antigo, profundo, ácido e de baixa fertilidade, tem altos níveis de ferro e alumínio¹. Essa grande área também se caracteriza pela diversidade em suas paisagens, que vai desde o cerradão (árvores altas, densidade maior e composição distinta), até o campo cerrado, campo sujo e campo limpo (com progressiva redução da densidade arbórea), passando pelo cerrado mais comum no Brasil central (árvores baixas e esparsas). Ao longo dos rios, as florestas são conhecidas como galerias ou matas ciliares. Essa heterogeneidade abrange mamíferos e invertebra-

dos, além de uma importante diversidade de microorganismos, tais como fungos associados às plantas da região².

O fato do cerrado ser cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Tocantins São Francisco e Prata), favorece a manutenção de sua biodiversidade. O cerrado tem um clima tropical com uma estação seca pronunciada. A topografia da região varia entre plana e suavemente ondulada, favorecendo a agricultura mecanizada e a irrigação. Segundo dados extraídos do site <http://www.wwf.org.br>, apenas cerca de 20% do cerrado ainda possui a vegetação nativa em estado relativamente intacto.

De acordo, ainda, com informações obtidas nesse site, a flora da região possui 10 mil espécies de plantas diferentes (utilizadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, além do uso medicinal e alimentício). Acrescentam-se a isso 759 espécies de aves que se reproduzem na região, 180 espécies de répteis e 195 de mamíferos, sendo 30 tipos de morcegos catalogados na área. O mais espantoso é o número de insetos existente na área do Distrito Federal: 90 espécies de cupins, mil espécies de borboletas e 500 tipos diferentes de abelhas e vespas.

3 AMEAÇAS À REGIÃO

Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o ecossistema brasileiro que mais alterações sofreu com a ocupação humana. Um dos impactos ambientais mais graves na região foi causado por garimpos, que contaminaram os rios com mercúrio e provocaram o assoreamento dos cursos de água. A erosão causada pela atividade mineradora tem sido tão intensa que, em alguns casos, chegou até mesmo a impossibilitar a própria extração do ouro rio abaixo. Nos últimos anos, contudo, a expansão da agricultura e da pecuária representa o maior fator de risco para o cerrado. Isso sem citar os problemas causados pela urbanização. (CERRADO... 2002).

As duas principais ameaças à biodiversidade do cerrado estão relacionadas a duas atividades econômicas: a monocultura intensiva de grãos e a pecuária extensiva de baixa tecnologia. A utilização indiscriminada de agrotóxicos e fertilizantes tem contaminado também o solo e a água. (CERRADO... 2002).

A ocupação de novas áreas de cerrado para produção de grãos e expansão da pecuária tem provocado elevados custos ambientais. O resultado mais visível, na área rural, são rios, terras e pastos degradados. (OCUPAÇÃO...).

* Graduanda do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional "Monsenhor Messias".

¹ Dados extraídos do site: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2004.

² Idem.

O desenvolvimento regional sempre será desejável e necessário, mas que seja de forma racional.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações é o que não esgota os recursos para o futuro. (<http://www.wwf.org.br/publicacoes>).

Para ser alcançado, há que se reconhecer que os recursos naturais são finitos e que é preciso planejamento. Dessa forma, estabelece-se uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

De acordo com informações apresentadas no site acima citado, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, o que acarreta o esgotamento dos recursos naturais dos quais todos dependem.

O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. (WWF, 2002).

O desenvolvimento econômico é vital para os países menos desenvolvidos, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. O estilo de vida das nações ricas e a economia mundial devem ser reestruturados para levar em consideração o meio ambiente. (WWF, 2002.).

6 CONCLUSÃO

Há que se concordar que o crescimento da destruição desse ecossistema no século XX é uma indicação de que as próximas gerações estarão condenadas a um futuro sombrio. É preciso aprender a valorizar e usar de forma racional os recursos naturais.

Aproximadamente 80% do cerrado já foi modificado pelo homem com a expansão agropecuária, urbana e construção de estradas. O aumento das exportações agrícolas brasileiras nas últimas décadas, principalmente da soja, contribuiu para ampliar os impactos ambientais no cerrado, por causa do desmatamento, erosões e poluição de águas, entre outros fatores.

Não há dúvida de que o desenvolvimento sustentável é fundamental para a conservação da biodiversidade e um crescimento econômico planejado.

A adoção de programas e projetos de conservação ambiental, iniciativas que buscam conciliar o desenvolvimento duradouro com a natureza, por meio do uso racional de seus recursos, mudança de comportamento juntamente com o esclarecimento dos nativos, turistas e da população em geral são de grande importância para mudar completamente o cenário do cerrado brasileiro.

REFERÊNCIAS

CERRADO. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/bioma>>. Acesso em: 18 jun.2004.

OCUPAÇÃO a qualquer custo de novas áreas de cerrado. Disponível em: <<http://www.terrana.com.br/guardias.html>>. Acesso em: 18 jun.2004.

WWF: publicações. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 18 jun. 2004.

O TERCEIRO SETOR E AS CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

Nívea Regina Aureliano Cordeiro*

1 INTRODUÇÃO

Buscando ampliar a visão dos alunos sobre a administração e gestão de pequenas organizações, na disciplina de Gestão de Pequenas Empresas e Empreendedorismo foi proposto que se realizasse um estudo "in loco", no Terceiro Setor, para verificar se nessas organizações estão presentes as características do comportamento empreendedor, geralmente encontradas em organizações do segundo setor.

Com base no trabalho de Filion (1991), que vem realizando estudos desde 1983, no sentido de desenvolver um modelo estratégico para descrever a atividade do empreendedor, criado a partir de ações vivenciadas na prática por proprietários de pequenas e médias empresas comprovadamente bem sucedidas, buscou-se aplicar premissas de seu trabalho no chamado Terceiro Setor.

Filion (1991) realizou um trabalho voltado para o segundo setor da economia, preocupando-se com as atividades que o empreendedor realiza, identificando três categorias de visão: emergente (idéias de produtos ou de serviços que se quer lançar); central (resultado de uma ou mais visões emergentes), que se divide em visão externa, ou seja, o lugar que se quer ver ocupado pelo produto ou serviço no mercado, e interna, o tipo de organização do qual se tem necessidade para alcançá-lo, e a terceira categoria que compreende as visões complementares, que são as atividades definidas para sustentar a realização da visão central.

A visão, para Filion (1991), é uma imagem projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos no mercado, assim como a imagem projetada do tipo de organização necessária para consegui-lo. Assim, seria interessante analisar a aplicabilidade da teoria de Filion nestas organizações sem fins lucrativos para buscar saber, se nelas, também ocorre o desenvolvimento da visão, principalmente a visão central e as visões complementares.

2 O MODELO DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA

Filion (1991) tem como ponto principal de seu trabalho, uma pesquisa de natureza exploratória, realizada em mais de 70 pequenas e médias empresas de 12 paí-

ses, inclusive em duas empresas brasileiras. O modelo proposto por ele, incorpora quatro elementos de sustentação da visão, que se influenciam reciprocamente, destacando-se o sistema de relações, que desempenha o papel mais importante.

Embora o trabalho de Filion esteja voltado para o segundo setor (empresas privadas), as características por ele apontadas se aplicam aos trabalhos desenvolvidos pelos empreendedores sociais ou coletivos.

Schindler (2004) enfatiza que, embora o empreendedor sempre tenha sido relacionado ao mundo dos negócios, onde aqueles que iniciaram e construíram novas indústrias foram celebrados e estudados, recebendo apoio e generosamente reconhecidos e honrados, nas últimas décadas, a rápida emergência de organizações da sociedade civil está começando a fazer emergir o empreendedor social, como a grande fonte de mudança social e desenvolvimento em culturas ocidentais e orientais.

Para Cordioli (2002), a criatividade, determinação, iniciativa, senso de responsabilidade, concentração, paixão pelo trabalho, ética e inovação, são, para as várias entidades do Terceiro Setor, algumas das características que definem um empreendedor social.

Drayton¹, citado por Cordioli (2002), escreveu que "O empreendedor de negócios tem visão, criatividade e determinação extraordinárias e, muitas vezes, cria processos totalmente novos. O empreendedor social tem exatamente as mesmas qualidades, mas as emprega na criação de soluções para problemas sociais."

3 O TERCEIRO SETOR

Cardoso (2000), citada por Fernandes (1994), para clarear a definição de Terceiro Setor, lembra que, nos anos 50, viveu-se uma situação conceitualmente semelhante a que é vivida desde os anos 90. Naquela época, todos sabiam o que era o Primeiro Mundo (o conjunto dos países capitalistas avançados). Todos sabiam o que era o Segundo Mundo (a área socialista). Foi quando uma realidade emergente começou a se formar – o chamado Terceiro Mundo, que não era uma coisa nem outra. Hoje, essa expressão perdeu sentido, mas, no momento inicial, quando se referia a Terceiro Mundo, afirmava-se uma idéia de diferença, de independência em relação aos dois mundos já claramente estabelecidos.

* Professora da FAGE/FEMM da disciplina de Gestão de Pequenas Empresas e Empreendedorismo.

¹ Drayton, Bill - Advogado norte-americano que em 1981 fundou a Ashoka - associação presente em 40 países, que identifica e seleciona empreendedores sociais, que recebem bolsas de três anos para que possam se dedicar integralmente ao desenvolvimento de suas idéias e Organizações.

Para Teodósio (2002) o Primeiro Setor é o público, composto pelo governo, que usa os recursos públicos para fins públicos. O Segundo Setor é o privado, representado pelas atividades lucrativas, onde a aplicação dos recursos é para fins privados e as atividades visam a lucratividade. O Terceiro Setor, criado e mantido em grande parte pelos esforços do voluntariado, num âmbito privado, pode ser visto como uma interseção entre o Primeiro Setor (o Estado) e o Segundo Setor (a iniciativa privada). Embora se assemelhe ao Primeiro Setor, por ter como objetivo e alvo de atuação o espaço público, qual seja, a sociedade, é uma iniciativa da sociedade civil. Por outro lado, em sendo uma iniciativa da sociedade civil, diferencia-se do Segundo Setor por ter como objetivo o benefício social.

Pode-se, então, visualizar o campo de atuação do Terceiro Setor, em relação ao campo de atuação do Primeiro Setor (Estado) e do Segundo Setor (Iniciativa Privada), na figura a seguir:



FIGURA 1 - Setores sócio-econômicos
Fontes : Wadell 1999 ; Teodósio 1999

Fernandes (1994) assinala que, no Brasil e na América Latina, é mais abrangente falar em sociedade civil e suas organizações, cujo conceito vem evoluindo a partir do século XVIII e define o Terceiro Setor como aquilo que é público, porém privado, ou então, aquilo que é privado, porém público.

Quant (2003), ao afirmar que a melhor definição de Terceiro Setor é aquela que envolve todos os personagens que atuam em benefício do bem comum, ou seja, a atuação pública, não-estatal, voluntária, sem fins lucrativos que busca a melhoria social da comunidade, relacionou, segundo Rodrigues (1999), as principais categorias do Terceiro Setor no Brasil:

- 1) Associações: Organizações baseadas em contratos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses mútuos. São voltadas principalmente às necessidades dos próprios participantes, compreendendo atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais.
- 2) Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade: Organizações voltadas para a promoção de

assistência social e de serviços sociais nas áreas de saúde e educação. Também se inclui nesta categoria a filantropia empresarial. Embora essas organizações sejam classificadas como associações no Código Civil, o que as diferencia daquelas são seus valores intrínsecos de altruísmo e serviço à comunidade.

- 3) Organizações não-governamentais (ONGs): Como no caso das associações, indica organização comprometida com a sociedade civil, com movimentos sociais e com a transformação social. Embora também estejam classificadas como associações no Código Civil, são raramente voltadas para seus próprios membros e orientam-se para objetivos externos. Também se diferenciam das organizações filantrópicas por não exercerem caridade, o que seria contrário à sua idéia de construção de autonomia, de igualdade e de participação dos grupos populares.
- 4) Fundações privadas: É uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A criação de uma fundação se dá, segundo o Código Civil, pelo instituidor, que, através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado.
- 5) Organizações sociais (OS): Trata-se de um modelo de organização, pública não-estatal, destinado a absorver atividades publicizáveis (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica), constituída pelas associações civis sem fins lucrativos orientadas para o atendimento do interesse público. O Estado continua a fomentar as atividades e a exercer sobre elas um controle estratégico, através de um contrato de gestão que demanda resultados necessários para atingir os objetivos das políticas públicas.

4 O TERCEIRO SETOR E AS CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

Partindo do enfoque dado por FILION (1991) de que a visão é uma imagem projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos no mercado, assim como a imagem projetada do tipo de organização necessária para conseguir-lo, o trabalho dos alunos teve por finalidade buscar identificar em organização do Terceiro Setor, as características elencadas por Filion, que compõem sua teoria visionária. Para tanto, tomaram por base as características do comportamento empreendedor, quais são:

- a) Estabelecimento de Metas;
- b) Busca de Informações;
- c) Planejamento e Monitoramento Sistemático;
- d) Busca de Oportunidades e Iniciativa;
- e) Persistência;
- f) Comprometimento;
- g) Exigência de Qualidade e Eficiência;
- h) Correr Riscos Calculados;
- i) Persuasão e Rede de Contatos;
- j) Independência e Autoconfiança.

REFERÊNCIAS

- CORDIOLI, Carolina. *Profissão: empreendedor social*. Disponível em <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em 21/06/2004.
- FERNANDES, Rubens César. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FILION, Louis Jacques. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.31, n.3, p.63-71, jul/set. 1991.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- QUANT, Carlos Olavo; FERNANDES, Ana Cristina Coelho Barroso. *Aplicação do conceito de inteligência competitiva e seu impacto no processo estratégico em organizações do Terceiro Setor*. ENAMPAD, 2003
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Pensar pelo avesso o terceiro setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais*. Centro de Referência para o Terceiro Setor. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, jan. 2002.
- VOLTONI, Ricardo (org.). *Terceiro setor: planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC-SP, 2004.

OBRAS SOCIAIS SÃO JOSÉ OPERÁRIO

Andreza Cristina Moreira Rodrigues*

Juliano Goulart*

Maria Inez Costa Abreu*

Renata Balsamão Rodrigues*

Rosemary Nogueira Ferreira Araújo*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o conceito de Terceiro Setor surgiu durante o Período Imperial e desenvolveu-se durante a primeira República com ações sociais de caráter unicamente religioso por influência da colonização portuguesa e o domínio da Igreja Católica Apostólica Romana.

O terceiro setor é formado por particulares, portanto, pessoas jurídicas de direito privado, que não integram a estrutura da Administração Pública, mas que, com ela, mantêm, por razões diversas e por meio de formas diferenciadas, parcerias com o intuito de preservar o interesse público.

Para o governo, a parceria com o terceiro setor é muito importante, pois é através dele que se podem estabelecer planos de ação e metas de controle, reduzindo os problemas sociais.

Conforme Drucker (1994, p.03), "A organização sem fins lucrativos existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade".

2 A ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO

No município de Sete Lagoas/MG, existem várias instituições que atuam no Terceiro Setor, dentre elas destaca-se a Obras Sociais São José Operário, uma sociedade civil, de fins puramente filantrópicos e com personalidade jurídica própria, situada na Avenida José Sérvulo Soalheiro, 3085.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto por Drucker, a Obras Sociais São José Operário atribui-se outros objetivos específicos:

- proteger a maternidade e infância desvalida, através da família, dando-lhe assistência e proporcionando-lhe educação social;
- promover a educação da criança e sua adaptação ao meio social, quer pela educação primária ou pela sua recuperação pelos meios adequados;
- promover os meios necessários à educação e formação profissional, educação moral e cívica e sua adaptação à vida social;
- promover os meios necessários à educação e instrução da criança e da juventude, prestar

auxílio à maternidade;

- criar parques infantis e "play ground" para as crianças;
- promover o auxílio aos pobres sob o aspecto da assistência médica e da alimentar.

Existe, ainda, a intenção de a entidade promover cursos de Higiene, Corte e costura e outros movimentos dentro dos princípios e fins de benemerência.

Durante a visita realizada, a funcionária da entidade, Maria da Conceição da Silva Cardoso, expôs a maneira como a instituição sobrevive hoje:

- os funcionários são cedidos pela Prefeitura;
- a entidade conta o auxílio do Escritório de Contabilidade Verdolin, que faz todo seu trabalho contábil;
- recebe do governo a quantia de R\$ 8,51 (oito reais e cinquenta e um centavos) por criança;
- há, ainda, doações de empresas privadas como a SIDERPA e TRESIDER TRANSPORTES que auxiliam na aquisição de materiais escolares, lazer, alimentação e higiene, além da quantia de R\$ 740,00 (setecentos reais e quarenta centavos) por mês, fornecidos pela última.
- a comunidade também participa contribuindo na 1ª sexta-feira do mês, com quantias diversas que são recolhidas pela funcionária.
- a instituição promove, ainda, jantar dançante no final de ano, com o intuito de aumentar a renda para suprir suas necessidades, sejam elas na manutenção da entidade ou na ampliação da mesma.

3 AS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Quanto à educação infantil, a entidade atende crianças com idade de 4 meses aos 5 anos, em horário integral. O número chega a 500 crianças, sendo preferentes aquelas cujas mães trabalham.

Há distribuição de sopas diariamente para mães e crianças da comunidade local. E, ainda, o fornecimento gratuito de leite de soja para crianças desnutridas. A SIDERPA doou a empacotadora bem como as embalagens. Isso facilitou a distribuição e a conservação do leite, uma vez que eram utilizadas embalagens

* Graduandos do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais, Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM).

descartáveis (pet), o que proporcionava a contaminação do mesmo.

A entidade conta apenas com um equipamento para atendimento odontológico.

4 SEUS PRINCIPAIS PROBLEMAS

A Obras Sociais São José Operário de Sete Lagoas, apesar de promover todo esse trabalho social, infelizmente, enfrenta alguns problemas, como a insuficiência de materiais pedagógicos necessários para o trabalho com as crianças e o número insuficiente de funcionários, já que a Prefeitura não disponibiliza um número adequado para atender à demanda de serviços.

Não existem, na comunidade, escolas e entidades para dar continuidade ao trabalho prestado pela instituição, que trabalha apenas com crianças até 6 anos. Quando elas saem da instituição não encontram escolas com a mesma qualidade de serviço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar que todos os funcionários são dedicados e alegres ao prestar seus serviços para a instituição. Existe, por parte deles, uma grande preocupação em oferecer um trabalho de qualidade e em dar continuidade no mesmo.

O terceiro setor é de grande importância para os países que enfrentam problemas sociais, pois o governo não consegue ou não se preocupa o suficiente em atender às necessidades básicas do povo, consequência de intensa desigualdade social.

A entidade Obras Sociais São José Operário cumpre o seu papel, pois está localizada em um bairro carente, onde seu trabalho ameniza os problemas vividos pela comunidade.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOVA VIDA

Daniel Marques M. dos Anjos*
Daniele do Carmo Teixeira Santos*
Fernanda Mascarenhas Rocha*
Helbert da Silva Marão*
Ionara Volpi Ávila*
Michelle Marques Viana*
Rogério José Cândido Fonseca*

1 INTRODUÇÃO

Segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, o Brasil registrou nos últimos anos, uma redução nos índices de pobreza e indigência. No entanto, ao final da década de 1990, 33% da população brasileira ainda figurava entre os pobres e, no limiar do novo milênio, 22 milhões de pessoas - ou 13% da população - ainda eram considerados indigentes.

Uma das prováveis causas para essa situação é a enorme desigualdade na distribuição de renda no país. Em 1999, 10% dos mais ricos brasileiros detinham 50% do total da renda das famílias brasileiras, enquanto os 50% mais pobres dividiam apenas 10% da renda. Desemprego, falta de moradia e segurança alimentar, migrações forçadas são alguns dos efeitos dessa desigualdade e as primeiras vítimas são as mulheres e crianças.

Por isso, surgiu a Pastoral da Criança, cujas ações estão voltadas para as comunidades e famílias carentes, onde se registra o maior problema de mortalidade infantil.

2 A ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO

A Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações comunitárias em todo o mundo a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades.

A história da Pastoral começou em 1982, numa reunião da ONU em Genebra, quando o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns convenceu a todos ali presentes de que a Igreja poderia ajudar a salvar milhares de crianças que morriam de doenças facilmente preveníveis como a desidratação causada pela diarreia. Voltando ao Brasil, Dom Paulo conversou com sua irmã, a médica pediatra e sanitária Dra. Zilda Arns Neumann, pedindo-lhe que pensasse de que maneira se poderia concretizar essa idéia.

No ano seguinte, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - confiava a tarefa de criação e

desenvolvimento da Pastoral da Criança a Dra. Zilda Arns. Em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades no município de Florestópolis, no Paraná.

Em Sete Lagoas, preocupados com a situação de famílias carentes do bairro Nossa Senhora do Carmo, alguns jovens, liderados por Júnia Aparecida Rodrigues, decidiram fazer algo que amenizasse o sofrimento daquelas famílias. Foi, então, que aos oito dias do mês de setembro de 1997, foi fundada a Associação Beneficente Nova Vida.

De acordo com seu estatuto, a Associação Beneficente Nova Vida tem por finalidade proteger a saúde, a família, a infância e a velhice daqueles cadastrados na entidade; combater a fome e a pobreza; integrar os seus beneficiários no mercado de trabalho; habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiências; divulgar a cultura e o esporte; proteger o meio-ambiente; incrementar o artesanato; realizar eventos de lazer, culturais, assistenciais e turísticos como forma de promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral; desenvolver ações integradas, convênios e parcerias com entidades federais, estaduais e municipais.

Segundo a atual presidente da entidade, Sra. Eliane de Almeida da Silva, os trabalhos são realizados com mão-de-obra 100% voluntária. A Associação atende, atualmente, cerca de 250 famílias, assistindo a crianças, gestantes e nutrízes e possui uma lojinha onde são comercializados remédios naturais (produzidos pela Associação sob supervisão da Pastoral da Criança) com a renda revertida para a entidade.

A Associação possui vários projetos, sendo o de maior destaque o intitulado "Celebração da Vida", que visa acompanhar as crianças, nas diversas faixas etárias, e suas respectivas famílias. No terceiro domingo de cada mês, são realizados atendimentos nos seguintes aspectos: pesagem das crianças; avaliação do grau de desnutrição de crianças, gestantes e nutrízes; controle do cartão de vacinação; avaliação do desenvolvimento das crianças; catequese; almoço de confraternização e atividades culturais. "Todas estas ações, aliadas às visitas de acompanhamento e questionamento às mães sobre a evolução das crianças são de suma importância na cons-

* Graduandos do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais, Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM).

trução da cidadania e melhoria da qualidade de vida das famílias", enfatiza Eliane.

3 PERSPECTIVAS DA INSTITUIÇÃO

Desde o início dos trabalhos da Associação Beneficente Nova Vida, a Prefeitura de Paraopeba tem colaborado com o empréstimo do espaço da Creche Municipal "Elza Moreira Lopes" para a realização do projeto. Porém, o sonho de construir a sede da entidade está sendo transformado em realidade desde meados do ano corrente.

O acompanhamento das famílias cadastradas é feito periodicamente pelas líderes com visitas às

residências. Nestas visitas são colhidas informações a respeito da saúde de crianças, nutrízes e gestantes. "Nossa vida melhorou muito depois que conhecemos a Pastoral. As líderes nos ajudam com roupas, alimentos e a cuidar das crianças. Sem a Pastoral, a coisa estaria complicada", conta Débora, 24 anos, mãe de seis filhos, uma das cadastradas na entidade.

"Todo este trabalho só é possível graças à voluntariedade e bondade do povo paraopebense. Os gastos são altos, mas a vontade de construir uma Paraopeba mais humana e justa é ainda maior. Esse é o nosso combustível", enfatiza Alexandre Cândido, tesoureiro e colaborador desde a fundação da entidade.

LAR ESPÍRITA PAULO DE TARSO

Darlan Gonzales Ferreira*

José Geraldo Salvador*

Breno Augusto Simões*

Gustavo Lopes*

Raphael Soares*

Carlos Eduardo Souza Almeida*

1 INTRODUÇÃO

Uma nova ordem social está surgindo no mundo. A falência do Estado, com a idéia errônea de que o poder público poderia sozinho regular e prover os serviços para a população está dando lugar a um outro setor, numa gigantesca reforma nas relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Ao invés do Estado máximo, que tudo pode, aparece a força da comunidade que, de forma atuante e firme, incita e mobiliza a sociedade.

Nesse contexto, surgem as entidades da sociedade civil de fins públicos, não governamentais e não lucrativas, com capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país, compondo um conjunto de agentes denominado de Terceiro Setor. Essa definição surgiu na metade do século passado, dada a mistura de dois setores clássicos: o primeiro setor, representado pelo Estado, e o segundo setor, representado pelas empresas privadas.

No entanto, estas entidades são pouco conhecidas, divulgadas ou valorizadas, como é o caso da fundação em estudo, o Lar Espírita Paulo de Tarso.

2 A ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO

Fundada em 02 de julho de 1966 e localizada no Bairro Bom Jardim em Sete Lagoas (MG), a entidade tem como seus principais fundadores os Sres. Ertúzio de Souza Calazans, Maria da Silva Ferreira Coelho, Raimundo Coelho, Mathusalém Pereira da Silva, Joaquim Ferreira entre outros.

Seu propósito inicial era amparar crianças órfãs, mães solteiras e velhos, em Lares- escola diversos. Inicialmente, após construída a primeira etapa da Casa do Caminho, sede da Instituição, foram amparadas aproximadamente 100 crianças órfãs e carentes, em regime de internato. Ao completar 30 anos de trabalhos nessa área, a Instituição mudou o rumo de suas atividades, pois, àquela altura, estava mantendo, com imenso sacrifício, uma Casa Grande para jovens, moças e rapazes com idades de 18 a 30 anos (em 1997, eram apenas 12 crianças e aproximadamente 20 adultos). As cri-

anças amparadas não eram órfãs, o que facilitou o encerramento das atividades em regime de internato e a devolução dos menores aos parentes (pais, tios, avós...). Os adultos foram convidados a buscar a sua própria sobrevivência. Em 1998, houve a reconstrução da sede, ampliada convenientemente para atender até 150 crianças, em regime de Creche Casulo, com idades de 0 a 6 anos. Hoje, são 135 crianças atendidas neste regime.

Aproximadamente, 20 pessoas estão envolvidas na orientação e assistência aos menores, entre voluntárias e serviços contratados.

Com relação às fontes de arrecadação de recursos, em 1998, quando do início da reforma da creche, realizou-se uma campanha de casa em casa, visando contribuições que variavam de R\$ 0,50 a R\$ 2,00 por mês, recolhidos na conta de água do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Nos dias de hoje, a instituição conta com perto de 2.600 contribuintes nessa situação, o que gera uma renda mensal de R\$ 2.600,00 a R\$ 3.000,00. Existe também a contribuição de empresas como a ESCAL - Empreendimento Social Cristão André Luiz, as Siderúrgicas PLANTAR e SIDERPA que participam com doações em espécie, material de consumo e gêneros alimentícios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de um Terceiro Setor redefine o Estado e o Mercado. Apesar disso, o Terceiro Setor também se vê, ele próprio, confrontando-se com o desafio de qualificar e expandir suas ações de promoção de uma solidariedade eficiente.

Há muitas possibilidades de se trabalhar por um mundo melhor na própria gestão dos negócios. Contudo, o país exige muito mais com seus muitos e graves problemas, assim como com suas imensas possibilidades e riquezas. A realidade mostra que o tempo é agora para atuar e contribuir, de forma solidária, para a melhoria da sociedade brasileira.

* Graduandos do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais, Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM).

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Diogo Beserra de Faccio*
Júlio César Pereira Teixeira*
Kênia Aparecida Oliveira Silva*
Rosângela Maria Martins Campos*
Vicente José Batista Batalha*

1 INTRODUÇÃO

As organizações sem fins lucrativos ou do terceiro setor existem em todo o mundo. Resultam de uma tendência humana de prestar assistência em defesa do indivíduo e do meio ambiente. Os objetivos dessas organizações são sociais em vez de econômicos. Abrangem instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

O terceiro setor se diferencia do setor privado porque não há distribuição de lucros a seus proprietários e diverge do setor público por não estar sujeito a controle político direto. São organizações orientadas por valores e têm independência para determinar seu próprio futuro. No entanto, não são auto-suficientes; necessitam estabelecer convênios e parcerias para que possam consolidar sua missão perante a sociedade na qual está inserida.

Para melhor compreender a importância do envolvimento da sociedade nos empreendimentos do terceiro setor, este trabalho enfatizará o grande desafio da APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sete Lagoas/MG para propiciar às pessoas com deficiências o direito de exercerem sua cidadania no complexo mercado de trabalho.

2 A ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – comemora os 50 anos do Movimento Apaeano no Brasil e se destaca no país pelo seu pioneirismo. Tudo começou em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, na ocasião da chegada ao Brasil de Breatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Essa senhora mobilizou pais, amigos, professores e médicos para que lutassem em prol das pessoas com deficiências.

O movimento logo se expandiu para outras capitais e depois para o interior dos estados.

Em Sete Lagoas-MG, esse movimento teve início por volta de 1968. O idealismo de um grupo de profes-

ras recém-formadas que acreditavam na importância da assistência e orientação às pessoas com deficiências deu origem à fundação da "Casinha Feliz". Após o primeiro passo, houve o envolvimento de novos adeptos da sociedade local e do Núcleo Voluntários da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de Sete Lagoas, que, num esforço conjunto, formalizaram um pedido de construção de uma unidade do Instituto Pestalozzi na cidade. Com a doação feita por colaboradores de um terreno de 20.000 m², a instituição começou a ganhar vida e, em 11 de setembro de 1970, foi registrada como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Com sede na Rua José Sérvulo Soalheiro, no bairro Esperança, a APAE/Sete Lagoas atualmente presta assistência a 526 (quinhentos e vinte e seis) pessoas com deficiência mental e/ou outras deficiências na faixa etária de 0 a 59 anos.

Comprometida com sua missão e objetivos, oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), Educação Profissional, Centro de Convivência, serviços de Pedagogia, Assistência Médica, além de desenvolver atividades e projetos que favorecem o desempenho de potencialidades e habilidades das pessoas com deficiências.

Um dos grandes projetos que a APAE/Sete Lagoas está desenvolvendo atualmente é : " Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho". Tal projeto representa um grande desafio para a instituição, pois depende do envolvimento e parceria de empresários que nem sempre estão preparados para admitirem pessoas com deficiências em suas empresas.

3 O PROJETO " INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO"

A APAE de Sete Lagoas, preocupada em proporcionar às pessoas com deficiência qualidade de vida e participação ativa na sociedade, desenvolveu o projeto "Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho", um projeto dinâmico no qual o envolvimento da sociedade empresarial é primordial.

Atualmente, a APAE tem parceria com as seguintes empresas:

* Graduandos do curso de Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais, Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM).

- Sada Forjas Ltda
- Distribuidora de Bebidas Amaral
- Hipermercado Santa Helena
- Posto São Sebastião
- Fábrica de Tecidos Cedro Cachoeira
- ASK do Brasil (funciona na própria APAE/Sete Lagoas como oficina terceirizada).

São sete pessoas com deficiências, trabalhando no mercado formal. No entanto, é importante destacar que a APAE de Sete Lagoas enfrenta vários obstáculos para colocar o projeto em prática porque nem todas as organizações possuem flexibilidade e comprometimento social para admitirem pessoas com deficiências.

4 BARREIRAS A SEREM SUPERADAS

Em pleno século XXI, quando a responsabilidade social é fato, percebe-se que a maioria das empresas brasileiras não possuem estrutura adequada, tanto física quanto organizacional, para empregar pessoas com deficiências.

Analisando o mercado empresarial de Sete Lagoas - MG, há que se enfatizar três barreiras que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. São elas: falta de conscientização dos empresários em relação à capacidade produtiva e laboral da pessoa com deficiência, os testes admissionais não respeitam a individualidade e a classe empresarial possui pouco conhecimento quanto ao processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Muitos empresários têm uma visão limitada da capacidade da pessoa com deficiência. Quem não conhece o trabalho desenvolvido pelas APAEs acredita que essa instituição é meramente assistencialista e que seus profissionais são "babás de luxo". Preocupada em derubar esse mito, a APAE de Sete Lagoas tem buscado divulgar os projetos realizados, na tentativa de conscientizar a sociedade de que a instituição é apenas facilitadora no processo de inclusão da pessoa com deficiência no meio social. Estes indivíduos possuem potencialidades inexploradas, que podem resultar em grandes feitos se lhes forem oportunizados meios de externá-las.

Outro dificultador para estabelecer parcerias com as empresas é a falta de flexibilidade ao se aplicarem os testes admissionais. Assim como é importante adaptar a estrutura física da organização para admitir um paraplégico, é de fundamental importância rever os instrumentos de seleção utilizados, que, normalmente, são padronizados e cerceiam o indivíduo de revelar suas reais competências. É necessário que as pessoas com deficiência sejam avaliadas pelas suas habilidades sem imposição de regras estereotipadas.

É necessário salientar também que os empresários possuem conhecimento restrito sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Por negligência ou por ignorarem o direito legíti-

mo dessas pessoas, infelizmente, poucas empresas abrem suas portas e as contratam.

De acordo com o decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei número 7.853, de 24 de outubro de 1989 no capítulo VII, art. 36:

A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I - até duzentos empregados, dois por cento;

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;

III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou

IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

Analisando o decreto supracitado, percebe-se que aderir à causa nada mais é que fazer cumprir o direito à cidadania das pessoas com deficiências. Logo, fica evidente que os empresários precisam sair um pouco do mundo corporativo e adentrar os muros das APAEs para conhecerem melhor todo o trabalho desenvolvido em prol e com participação ativa das pessoas com deficiências. Assim sendo, desmistificarão o conceito de que essas pessoas são absolutamente incapazes e será possível lhes proporcionar o direito de exercerem, livres de preconceitos, suas potencialidades no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a APAE de Sete Lagoas enfrente barreiras para expandir o Projeto de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, seus profissionais não medem esforços para atingir tal objetivo.

As empresas que estabeleceram parcerias com a instituição estão satisfeitas com desempenho das pessoas com deficiências e isso é fator preponderante para a adesão de novas organizações ao projeto.

Não se pode ignorar que a fase de adaptação dos funcionários da empresa com as pessoas com deficiências e vice-versa requer atenção especial por parte da administração. Por isso, a APAE oferece acompanhamento com assistente social e psicólogo, ao recém-contratado, por um período de um ano. A título de exemplo, pode-se citar o Hipermercado Santa Helena que tem parceria com a APAE de Sete Lagoas desde setembro de 2002. Ao ser divulgado para os funcionários que seriam admitidas pessoas com deficiências, eles apresentaram certa resistência. Em curto espaço de tempo, no entanto, foram surpreendidos pela capacidade e interesse dos novos colegas de trabalho.

São histórias de sucesso como essa que impulsionam a equipe apaeana a buscar novas parcerias. É um trabalho de amor e persistência à causa.

REFERÊNCIAS

APAE. História da Apae. Sete Lagoas, 2004. Material institucional.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília: Imprensa Nacional, 21 dez. 1999.

DINIZ, Maria Lúcia França. Sete Lagoas: APAE, 13 set. 2004. Entrevista concedida aos autores.

HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

MARIZ, Evânia Regina de Oliveira. Sete Lagoas: APAE, 4 out. 2004. Entrevista concedida aos autores.

Esta publicação é editada pela Faculdade de Ciências Gerenciais da Fundação Educacional Monsenhor Messias (FAGESETE/FEMM)

Av. Marechal Castelo Branco, 2765 – Bairro Santo Antônio – CEP: 35701-242 – Sete Lagoas, MG

Telefone: (31) 3773 2022 • Fax: (31) 3773 8911

www.unisete.br

Reitor das Faculdades FEMM: *Antônio Fernandino de Castro Bahia Filho*

Presidente da FEMM: *Paulo Rogério Campolina Paiva*

Diretor da FAGESETE: *Jaime Borato*

Coordenador do Curso de Administração: *José Augusto Vasconcelos Marques*

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis: *Luciana Evelise Amorim Vasconcelos*

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas: *José de Anchieta Monteiro*

Coordenadora do Núcleo de Publicações: *Ziléa Barbosa de Freitas*

Revisão: *Ziléa Barbosa de Freitas e Maria Luiza Campolina França*

Impressão: *Gráfica da FEMM*

Tiragem: *1.100 exemplares*